

GOHN, M. da G. *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

Ana Claudia S. Figueiredo

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGCIS/PUC-Rio).

 10.17771/PUCRio.DDCIS.53212

Participação e democracia são dois temas atualíssimos e necessários para o debate no contexto socioeconômico, político e cultural da sociedade brasileira. A socióloga e professora Maria da Glória Gohn tem se dedicado há mais de 30 anos a pesquisar a temática dos movimentos sociais de uma maneira ampla, incluindo a participação social, a educação não formal, o associativismo e os temas relativos à cidadania. A obra em questão, *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*, publicada em maio de 2019, apresenta um balanço de lutas e movimentos sociais no Brasil nos últimos 50 anos, enfatizando como a participação social se constituiu em diferentes momentos da história do país e os rumos que a democracia brasileira vem seguindo na cena pública ao longo desses anos.

A participação é um movimento presente no processo de democratização e tem sido um vetor nas lutas sociais travadas pela sociedade para ter acesso aos direitos sociais e à cidadania. Ao longo dessas décadas a participação recebeu diferentes denominações: *comunitária, popular, institucional, cidadã, cívica* etc. Contudo ganhou relevância no contexto da sociedade brasileira a partir da Constituição de 1988, que abriu novos caminhos para o fortalecimento da democracia participativa no país.

A autora destaca três premissas importantes para compreendermos a participação no contexto da pós-redemocratização trazida pela Constituição de 1988. Em primeiro lugar, o reconhecimento da democracia como uma forma de governo constituída via processos, lutas e confrontos, que tanto pode reafirmá-la como desconstruí-la ou destruí-la. Sobre os processos de democratização e desdemocratização, a autora adota como referência Charles Tilly (2013). A segunda premissa diz respeito ao processo de formação da opinião pública e da vontade política dos cidadãos, que interferem diretamente no desenho institucional do modelo democrático vigente; para essa definição, Gohn utiliza Jürgen Habermas (1997), o qual afirma que a democracia em sociedades complexas não deve ser entendida apenas em termos descritivos, como governo da maioria, eleições livres e concorrência entre os partidos. Finalmente, a terceira premissa apontada se refere aos aspectos educativos advindos da participação dos cidadãos, tanto na esfera pública civil como na esfera pública governamental, dando fundamentos para o exercício da cidadania. Para compreender esse processo educativo resultante da produção de saberes e aprendizados políticos, a autora faz referência ao conceito de cultura política elaborado por Klaus Eder (1992).

A participação é uma ação política presente nas sociedades democráticas. As diferentes abordagens a respeito do tema nos possibilitam ver como tem sido teorizada ao focalizar a sociedade civil por meio de canais institucionais de participação de controle social dos cidadãos. A autora nos apresenta duas questões-chave que norteiam a análise sobre o tema da participação no Brasil:

1ª questão – como tem sido pensado o tema da participação social por diferentes autores, de vários paradigmas e correntes teóricas, ao analisarem a luta de segmentos da sociedade para resolver diferentes situações (econômicas, simbólicas e culturais).

2ª questão – como essas correntes têm contribuído para o entendimento ou para dar subsídios no desenrolar dos acontecimentos participativos, sociopolíticos e culturais no Brasil nas últimas décadas.

O ponto de partida para suas análises é como a participação social no Brasil está inscrita, e para tanto, toma como referência o período de redemocratização e o marco da implementação da Carta Constitucional de 1988, destacando diferentes momentos, ciclos e características que a participação social tem assumido dentro do processo de democratização da sociedade brasileira.

Embora o objetivo de seu livro seja compreender a importância das manifestações de junho de 2013, não se pode ignorar os diferentes processos históricos que tem marcado a trajetória das lutas e dos movimentos sociais no Brasil nos últimos 50 anos. Sem dúvida, como bem enfatiza Gohn, maio de 1968 é um marco na história dos movimentos sociais e deve ser lembrado por suas inovações e potencialidades. O ano de 1968 representou um momento de luta política e de irreverência cultural; as manifestações juvenis que se espalharam em todo o mundo tinham um caráter libertário, defendiam causas coletivas e se posicionavam duramente contra o conservadorismo. As rebeliões universitárias juvenis ocorreram em diversos países da Europa e das Américas, contudo o movimento ocorrido na França foi a principal vitrine para o mundo. São referências marcantes desse movimento a “noite das barricadas”; a pichação dos muros de Paris com as siglas MMM (Marx, Mao e Marcuse), em alusão ao socialismo libertário; e a ocupação da Universidade Sorbonne por 1 milhão de estudantes como movimentos que promoveram uma mudança de cultura naquela sociedade e inspiraram jovens de todo o mundo (ver quadro no Anexo sobre a participação social no Brasil: 50 anos da trajetória de lutas e movimentos sociais).

O ano de 1968 (marco do 1º ciclo dos movimentos sociais) representou um momento de lutas e movimentos sociais em nosso contexto: o assassinato do estudante secundarista Edson Luís Lima Souto, em março de 1968, pela polícia carioca durante um protesto; a Passeata dos Cem Mil, em junho de 1968, na Candelária e em ruas centrais do Rio de Janeiro; os protestos em prol das reformas universitárias; a prisão do líder estudantil Vladimir Palmeira; o fechamento da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE); e a invasão das forças policiais à Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre outras ações de protestos políticos e culturais que se espalhavam no restante do país dando força ao movimento de contracultura. O momento de maior repressão às manifestações foi durante a implementação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, no governo militar do presidente Artur da Costa e Silva.



O AI-5 representou o momento de maior recrudescimento da repressão na ditadura militar. Manifestações e movimentos sociais foram duramente reprimidos durante esse período. O primeiro ciclo dos movimentos sociais nos anos 1960 foi marcado por momentos distintos, dos quais pode-se destacar a intensa participação da juventude, da classe trabalhadora, entre outros atores que estiveram presentes nas manifestações de resistência ao golpe militar. A participação ao longo desse período teve um cunho reformista e integrador; a sociedade civil organizada lutava pela implementação de políticas públicas, pela integração de grupos marginalizados e pelo desenvolvimento comunitário.

Os movimentos sociais que se delinearam no Brasil a partir dos anos 1970, denominado pela autora de segundo ciclo, representaram um novo momento das lutas sociais de resistência ao regime militar. A partir da segunda metade da década de 1970, buscaram atuar na restauração da democracia brasileira. A participação popular se deu no campo do associativismo civil, e lutava pelos direitos sociais básicos. As associações comunitárias de bairro, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e os sindicatos, embora tivessem visões de mundo diferentes, tinham em comum o desejo de uma transformação social. A democracia participativa era exercitada de maneira autônoma, e significou um ato de resistência ao regime político vigente. O modelo de participação que se iniciou nesse ciclo se estendeu até os anos 1980, cujas frentes e demandas civis representavam uma forma de resistência popular ao Estado autoritário e ao capitalismo. Esses movimentos foram encarados como os principais protagonistas no processo de democratização da sociedade brasileira.

A participação social no contexto dos anos 1980 inaugurou um novo ciclo dos movimentos sociais no Brasil, aqui denominado de terceiro ciclo, o qual pode ser compreendido como o período de maior efervescência dos movimentos sociais e populares no Brasil e de transição para democracia. Nos primeiros anos da década de 1980, o grande destaque no campo da participação da sociedade civil foi o crescimento dos movimentos populares urbanos via organizações de base, como as CEBs, e o avanço na organização do mundo do trabalho a partir das centrais sindicais. Destaca-se nesse período a atuação dos movimentos sociais culturalistas/ identitários: mulheres, negros, LBTG, entre outros. Resulta também dessa conjuntura os movimentos de gênero e de afrodescendentes; as centrais sindicais; a construção de associações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a luta pelas Diretas Já – este último pode ser considerado o ponto culminante dessa fase, um marco para a contextualização da participação da sociedade brasileira e da luta pela construção da democracia.

Os novos movimentos sociais dos anos 1980 diferem dos clássicos e tradicionais dos anos 1960 e 1970. A autora destaca que os estudos sobre os novos movimentos sociais podem ser observados no eixo das identidades, cujas abordagens têm sido desenvolvidas por autores como Alberto Melucci, Alain Touraine, Claus Offe, J. Habermas, entre outros. A abordagem das identidades

destaca aspectos da cultura e de pertencimento, considerando território, grupo étnico, religião, faixa etária, comunidade ou grupo de interesse como referência.

Dentre as teorias explicativas sobre o engajamento político dos cidadãos no contexto dos novos movimentos sociais destaca-se a identidade coletiva como “uma definição interativa e compartilhada produzida por um número de indivíduos [...]” (p. 41). No contexto da sociedade brasileira, a abordagem da identidade coletiva nos movimentos sociais pautou questões de gênero, raça, idade etc.

As lutas e os movimentos sociais pós-abertura política e a partir da Constituição Federal de 1988 deram início a uma nova fase da participação social no Brasil dentro de um contexto democrático, aqui identificada pela autora como o quarto ciclo dos movimentos sociais. A Constituição de 1988 representou a consagração das liberdades democráticas no país. Os dispositivos da Ordem Social (arts. 194 e 204) possibilitaram a organização de sistemas nacionais de gestão participativa das políticas sociais, bem como criaram-se espaços de negociação e cogestão dessas políticas. A sociedade organizada desempenhou um papel fundamental para constituição e aprovação de importantes leis no campo da justiça social, tais como: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), Lei da Anistia, Lei Maria da Penha, o direito à união homoafetiva, entre outros. Nesse ciclo, um novo eixo paradigmático de suporte teórico às pesquisas sobre movimentos e ações coletivas cresce: o das abordagens às teorias institucionalistas ou teoria da mobilização política.

No contexto dos anos 1990, após a consagração das liberdades democráticas, a participação ganhou estatuto de cidadania e se fortaleceu como princípio e modelo de gestão pública. Gohn destaca que, nesse novo cenário, a sociedade civil se ampliou para se entrelaçar com a sociedade política, colaborando para o novo caráter contraditório e fragmentado do Estado. Desenvolveu-se um novo espaço denominado público não estatal, onde irão situar-se conselhos, fóruns, redes de articulação da sociedade civil e representantes do poder público para gestão de parcelas das coisas públicas. Importante lembrar e destacar o papel das organizações não governamentais e do terceiro setor.

No período que segue os anos 2000, a participação institucionalizada ganhou destaque e houve inúmeras inovações no campo da participação popular democrática, bem como as políticas públicas ganharam um novo desenho e a realização das conferências foram a tônica do momento. A sociedade atuou ativamente na formulação e na fiscalização das políticas públicas. Nesse contexto destacou-se também a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder e seu investimento nas políticas inclusivas e de reconhecimento das identidades culturais.

A partir dos anos 2010, as transformações ocorridas na conjuntura internacional trouxeram uma mudança de foco das lutas e dos movimentos sociais no Brasil. A crise mundial do capitalismo contribuiu sobremaneira para a eclosão de manifestações em diferentes partes

do mundo, como por exemplo, as revoltas da Grécia, da Espanha e de Portugal; a Primavera Árabe; e o movimento Occupy Wall Street, dos Estados Unidos; entre outros. No Brasil, essas mudanças advêm da força trazida pelo Fórum Mundial Social realizado na Cidade de Porto Alegre (RS), um marco para os protestos e processos de participação que se delinearam em 2013.

O quinto e último ciclo da participação e dos protestos no Brasil apontado pela autora compreende o período entre 2013 e 2018, conjuntura-chave que motivou a extensa análise de seu livro. É certo que as manifestações que eclodiram nesse período já vinham sendo gestadas desde o final dos anos de 1990, quando a antiglobalização entrou na pauta dos movimentos internacionais; e nos anos de 2010, com a mudança de foco dos sujeitos relevantes nas ações coletivas – postura reativa contra a globalização da economia neoliberal e seus efeitos negativos. Então uma onda de revoltas tomou o mundo.

As manifestações nas ruas que emergiram a partir de junho de 2013 tornaram-se uma forma básica de protesto social na atualidade. Esse pode ser caracterizado como um período intenso de combate à corrupção no Brasil. Para fins de análise, a autora destaca quatro momentos distintos, marcados por: ativismo jovem, grupos conservadores, retorno das multidões e fundamentação entre movimentos sociais. A população saiu às ruas para manifestar sua indignação contra os políticos, a política, os atentados terroristas, a defesa do meio ambiente e das mulheres etc. A autora enfatiza que nesse período houve um leque de participação de diferentes grupos no cenário nacional. Portanto junho de 2013 pode ser considerado um marco na vida política e sociocultural brasileira, quando se inicia um novo ciclo da participação na sociedade brasileira, composto de coletivos e movimentos sociais diversos. Esse leque abrange desde os movimentos autonomistas e movimentos sociais clássicos até as novíssimas formas de organizações liberais.

Importante ressaltar que tanto os movimentos novos quanto os novíssimos trabalham com a questão da identidade; a diferença é que os novos pautam e constroem a identidade por meio de lutas simbólicas e culturais, e os novíssimos criam identidades a partir de pautas que envolvem um “fazer”, uma “ação”. Começando em junho, as manifestações eclodiram em diversos lugares do Brasil através de protestos contra políticas sociais vigentes nas áreas de transportes, educação e saúde; na prioridade dada aos gastos com a Copa do Mundo, entre outros. Houve uma completa alteração no cenário da participação social e do associativismo.

Novos atores entram em cena: os jovens participantes de coletivos organizados on-line, tais como Movimento Passe Livre, coletivos de estudantes secundaristas, Vem pra Rua, Movimento Brasil Livre e ativistas de causas transnacionais, como os do Black bloc. No campo teórico, esses movimentos passaram a ser orientados sob a bandeira do autonomismo, com críticas severas às políticas públicas, ao papel do Estado e às formas de fazer política no país. Novos sujeitos entram no campo de pesquisa de opinião: Datafolha, Ibope, grupos de pesquisas e laboratórios em universidades e centros de pesquisas para analisar as manifestações nas ruas após 2013.

As manifestações de junho de 2013 marcaram profundamente a sociedade brasileira e abriram um novo capítulo para a democracia no país. Trouxeram novo significado às lutas sociais e iniciaram um novo ciclo no campo das mobilizações da sociedade civil. É possível dizer que elas fazem parte de novas formas de associativismo urbano entre jovens escolarizados, com predominância de camadas das classes médias, e conectados por redes digitais. Pesquisas apontam que a maioria dessas manifestações foi organizada de modo horizontal e atua em coletivos, diferentemente dos movimentos tradicionais. Esses novíssimos movimentos sociais, que emergiram desde de junho de 2013, não estavam associados às lutas pela emancipação e à soberania popular, mas sim a ideias autonomistas, anarquistas e anticapitalistas (globalização), opondo-se a todas as formas burocráticas, hierarquizadas e centralizadas dos processos e das práticas coletivas.

O movimento de junho de 2013 não foi algo local e isolado, e sim faz parte de um padrão internacional moderno, organizado através das redes sociais, envolvendo diferentes atores. Essa nova geração de protestos foi criada a partir da década de 1990, depois do Fórum Social Mundial, focando especialmente o tema da justiça global e das injustiças no mundo, a exemplo dos movimentos ocorridos ao redor do planeta sob o mesmo contexto: Occupy Wall Street, Primavera Árabe, Indignados na Espanha, Revolta na Praça Thaksin (Istambul) etc.

A participação social e os protestos no Brasil podem ser explicados a partir de quatro categorias-chave, que são os coletivos, as manifestações, os movimentos sociais e as organizações movimentalistas.

Os coletivos, ao contrário de outros movimentos tradicionais, são grupamentos fluídos, fragmentados, horizontais, e muitos têm a autonomia e a horizontalidade como valores e princípios básicos. Há uma multiplicidade de formas, temáticas, pautas, demandas, campos de atuação, número de participantes, duração, suporte financeiro etc. dentro deles. Autodenominam-se ativistas, e não militantes de organizações. Podem se transformar em movimentos sociais ou se autodenominar movimento, bem como se articular a um conjunto de outros coletivos que configuram um movimento social. As manifestações têm sido uma categoria usada para nominar atos de protesto que ocorreram em ruas e praças, entre junho de 2013 a junho de 2018. Uma manifestação engloba grupos, coletivos organizações e movimentos sociais. A autora chama atenção para a importância da demarcação no campo conceitual entre “organizações movimentalistas” e movimentos sociais, pois trata-se de categorias diferentes. As organizações movimentalistas são manifestações. Já para os movimentos sociais, a autora usa como referência a literatura clássica formulada por Charles Tilly, Mario Diani, Alain Touraine e Alberto Melucci. As organizações movimentalistas, por sua vez, caracterizam grupos de jovens que se aglutinam ao redor de líderes ou formadores de opinião, os quais elaboram um plano de atividades e o executam sob a ótica de uma corporação, como por exemplo, Vem pra Rua e Movimento Brasil Livre, que tiveram importância capital na convocação e na realização das

megamanifestações de rua em 2015 e 2016. As organizações movimentalistas se estruturam em função de dados objetivos, independentemente de identidades, solidariedades ou engajamentos anteriores em determinados conflitos. Afinidades político-ideológicas unem os indivíduos a certa organização movimentalista, atendendo ao chamamento de eventuais redes sociais.

No Brasil, destaca-se a atuação do Instituto Millenium (2006), também conhecido como *tink tank* – grupo de reflexão, laboratório e fábrica de ideias liberais. Esse grupo tem como seu grande expoente Olavo de Carvalho, o qual tem exercido um papel de “guru” para vários líderes de organizações movimentalistas no país. Esses grupos de reflexão defendem propostas liberais para o papel do mercado e a atuação do Estado na economia, e também privatizações, estado mínimo e fim do investimento sobre políticas públicas distributivas. Embora suas ideias sejam consideradas avançadas em relação aos liberais clássicos, igualmente defendem o conservadorismo tradicional da moral e dos costumes, a exemplo das posições de gênero, do aborto etc. Trata-se de grupos neoconservadores porque fazem oposição a vários direitos sociais e culturais modernos, mas não contra o casamento gay e a descriminalização das drogas. São uma espécie de “*nova direita*”, simultaneamente liberal e conservadora, defensora do livre mercado, antiestatista e neoliberal. A autora também ressalta o fato de que essas organizações não se autodenominam como movimentos sociais, grupos ativistas libertários ou empresas, como por exemplo, o Brasil Paralelo.

Sobre as abordagens que justificam o engajamento que gera participação sociopolítica dos cidadãos, a autora destaca dez itens que têm orientado coletivos, manifestações, movimentos sociais e organizações movimentalistas que se delinearam ao longo dos anos, a saber:

1. Escolha racional
2. Proximidade dos centros de poder e posição social dos indivíduos na sociedade
3. Mobilização política institucional
4. Identidade coletiva
5. Teoria crítica e reconhecimento de direitos
6. Engajamento militante ou neomarxista
7. Decolonialidade
8. Abordagem relacional ou ciberativismo
9. Gênero, a partir do grupo de mulheres.
10. Autonomismo

Os caminhos trilhados ao longo desses 50 anos de lutas e movimentos sociais no Brasil reforçam a importância da participação social dos diferentes sujeitos, bem como suas motivações para o engajamento e a consolidação do processo de democratização. Não se pode desconsiderar a relevância que a participação da juventude teve em momentos decisivos da história do país. O ativismo jovem de junho de 2013 trouxe novamente para pauta dos movimentos sociais a força e a resistência da juventude, que passou a ocupar escolas,

universidades e ruas, clamando não só por demandas da educação, mas também por questões mais amplas, como o combate à corrupção na política. De acordo com a autora, junho de 2013 representou um novo ciclo e uma repolitização dos movimentos sociais sob novos paradigmas inspiradores das ações coletivas a partir de ideias e utopias antigas, como o socialismo libertário, o anarquismo, o autonomismo, entre outros.

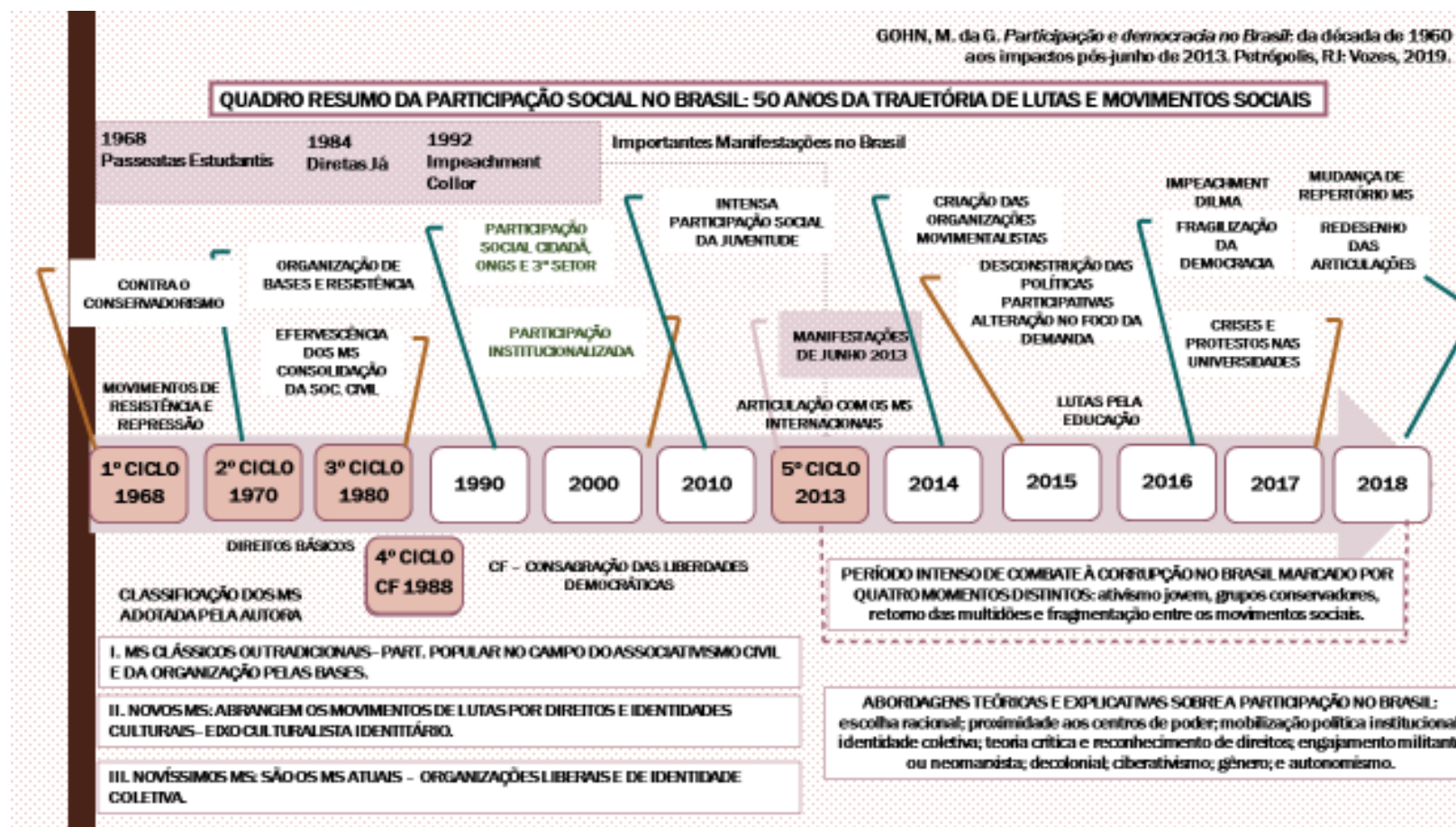
Essa obra de Gohn é leitura recomendada àqueles que tem interesse de compreender a importância das manifestações de junho de 2013 para a sociedade brasileira e os rumos da democracia desde então. É fato que a data mencionada abriu um novo caminho, contribuindo sobremaneira para a disseminação de novas formas de manifestações sociais e ativismo, bem como para a abertura de novas correntes de pensamento e cultura política, produzindo assim uma grande tensão no processo democrático.

Referências

- EDER, K. Culture and Politics. In: HONNETH, A. et al. *Cultural political interventions in the unfinished project of enlightenment*. Cambridge: MIT, 1992.
- HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. vol. I.
- TILLY, C. *Democracia*. Petrópolis: Vozes, 2013.

Anexo

Diagrama sobre a trajetória dos movimentos sociais (MS) no Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).